ECONOMIA SOLIDÁRIA E CIDADANIA ATIVA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE BELO HORIZONTE

Renata Adriana Rosa

Historiadora, Especialista em Políticas Públicas, responsável, nesta gestão, pela chefia de gabinete da SMATDC

Ao se examinar a dinâmica da sociedade brasileira – país de extensão continental, marcado por diferenças regionais e sociais gritantes - é possível perceber, no atual contexto de globalização, a persistência da priorização da chamada "integração competitiva"¹ entre as diferentes regiões que compõem o Estado brasileiro, comandada pelas regras do mercado.

E a fragmentação espacial do país, em tempos de inserção competitiva nos mercados em globalização - *inserção passiva*, no caso brasileiro - nos leva à perceber a fragmentação territorial como componente de um processo que fomenta a "desintegração competitiva" da política econômica brasileira.

Contrapondo-se à visão dominante atual, é possível argumentar que a inserção de um país como o Brasil no novo ambiente mundial pode se dar sem ampliar, ainda mais, as fraturas (especialmente as sociais e regionais) herdadas do passado . E que se pode combinar inserção econômica no mercado global com busca de integração das diversas regiões do país na dinâmica do desenvolvimento nacional. Entretanto, esta nova perspectiva política exige a negação de teses neo - liberalizantes - tão em voga em nosso país - e requer presença ativa e articuladora do Estado na cena nacional, como também de toda a sociedade civil e movimentos organizados.

Sabemos que o controle social da economia é tarefa do Estado e ele deve se impor aos ventos liberalizantes que sopram atualmente, em meio à exaustão do nacional desenvolvimentismo , pensamento hegemônico no Brasil do século XX .

A dinâmica regional, entregue exclusivamente às decisões do mercado, tende a exacerbar seu caráter seletivo, ampliando antigas contradições. E esta perspectiva tende a desintegrar o país.

As questões aqui levantadas, buscam explicitar a necessidade de contraposição a este modelo que nos tem levado à desintegração competitiva, de forma seletiva e excludente. Supõe ser possível uma nova abordagem da questão regional brasileira e propõe a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda, numa perspectiva emancipatória e de autodeterminação do nosso povo.

O cenário econômico atual, visto de uma perspectiva geral, aponta a acentuação dos desequilíbrios, dos fatores de instabilidade e dos elementos de crise. Este panorama torna difíceis as previsões quanto ao futuro, no que diz respeito ao longo e curto prazo. A realidade da economia capitalista sugere incertezas e não poucas angústias para a imensa maioria da população.

¹ A expressão é utilizada por Tânia Bacelar de Araújo, no documento “Por uma política nacional de desenvolvimento regional” in: “Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro. Heranças e urgências, citado entre as referências bibliográficas deste texto que discute os dilemas e desafios do desenvolvimento regional no Brasil.

Tanto na esfera pública como na esfera privada é preciso avançar no questionamento às cristalizadas e desiguais relações produtivas que ainda persistem em nossa sociedade e, de maneira perversa e contínua, se perpetuam através dos diferentes canais de interações sociais, culturais, econômicas e ideológicas, ditando normas e padrões que não apontam para melhores perspectivas de vida.

É preciso pensar possibilidades para se fundar alternativas concretas de trabalho a serem geridas pelos atores sociais envolvidos neste processo, tendo como eixo o campo da cidadania ativa. O grande desafio da sociedade civil e do Estado brasileiro é fortalecer e legitimar uma nova proposta em relação às maneiras de se organizar socialmente a atividade produtiva no país de forma igualitária e democrática, como alternativa ao desemprego, contribuindo para o desenvolvimento de outros valores e costumes relativos às relações produtivas no Brasil.

É neste sentido que nos conectamos com as perspectivas da ECONOMIA SOLIDÁRIA, aqui avaliada enquanto ação possibilitadora da geração de novas oportunidades de inserção social pelo trabalho, que, numa perspectiva contra-hegemônica, busca construir novas relações de trabalho com base nos conceitos da autogestão, democracia, participação, posse coletiva dos bens, distribuição equitativa dos ganhos, pautados nos princípios de sustentabilidade humana, social, econômica, ambiental, cultural e de gênero.

Esta outra abordagem do desenvolvimento sócio-econômico apresenta a questão do trabalho sob um novo paradigma, atribuindo a todas as pessoas – homens e mulheres - o papel de sujeitos históricos, cidadãos ativos, capazes de redesenhar o curso do país em direção à construção de uma sociedade mais cívica e solidária para propiciar a democratização da gestão do trabalho, a valorização das relações de cooperação, a distribuição de renda e o fortalecimento do desenvolvimento local sustentável.

A trajetória da economia solidária no Brasil é ainda muito incipiente e marcada por desvios e descontinuidades, o que não impede que a perspectiva de mudança por essa via possa contribuir para a superação de uma economia de exclusão e precarização do trabalho. Contudo, ela não nascerá espontaneamente, nem de políticas multinacionais. Deve partir da sociedade civil, do povo organizado. Para isso, precisa do impulso de políticas públicas para transformar-se em uma nova forma de economia e ter espaço de mercado.

Combater a hegemonia do individualismo selvagem implica construir uma cultura solidária, uma nova ética para configurar a identidade da nova classe trabalhadora do século XXI. A luta contra a política neoliberal não possui contornos nítidos para diversos setores da sociedade, por isso é preciso apontar e construir alternativas que deflagrem um novo modelo, comprometido com a democracia, a solidariedade, a justiça social e com os interesses da maioria da população. Isso exige dos trabalhadores e dos setores democráticos da sociedade a elaboração e apresentação de alternativas

como um conjunto de propostas, tratando de política industrial, política agrária e agrícola, além de políticas voltadas para a cidadania plena. Tais propostas exigem uma elaboração coletiva, articulada e amplamente discutida junto a todos os segmentos sociais.

A convivência com a pluralidade, com a diferença, o exercício da tolerância e do respeito, no difícil processo de aprendizagem do reconhecimento do outro enquanto sujeito de direitos, a existência e legitimidade do conflito caracterizam um alto grau de desenvolvimento político de uma sociedade enquanto dimensões componentes da democracia e da cidadania.

Assim, quando a pessoa é capaz de se perceber enquanto um sujeito de direitos, isto é, um sujeito político e histórico, responsável pela mudança a ser efetivada, torna-se capaz de compreender e se posicionar frente à sociedade, com perspectivas de construção de modelos alternativos frente às imposições do processo de mundialização.

A construção do consenso é o caminho que a humanidade historicamente busca como única forma possível de construir sociedades pacíficas, justas e menos desiguais. É neste sentido que precisamos avançar. Só assim, os homens e mulheres, cidadãos e cidadãs brasileiros, através de sua prática cotidiana, serão capazes de reverter as imposições do avanço das relações capitalistas de mercado, que em sua fase neoliberal, marginalizam e descaracterizam não só a cultura de todo um povo mas também suas perspectivas de autodeterminação e soberania.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BELO HORIZONTE

É nesta perspectiva que o **“Espaço da Cidadania”** - projeto estruturante da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE TRABALHO E DIREITOS DE CIDADANIA - vem sendo implementado na cidade de Belo Horizonte.

Vinculado a um dos principais eixos norteadores da SMATDC - o eixo “Promoção de Ações Afirmativas” – o projeto **“Espaço da Cidadania”** tem como público-alvo os grupos e entidades de geração de trabalho e renda, ligados aos seguintes segmentos sociais: direitos humanos, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, comunidade negra e pessoas com sofrimento mental.

Definimos ações afirmativas como medidas especiais e temporárias desenvolvidas com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas. Neste sentido, estas ações constituem uma forma de garantir a igualdade de oportunidades, bem como a reparação de perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero, de classe social, entre outros.

No âmbito das políticas do direito, as ações afirmativas devem se pautar numa concepção emancipatória, superando a dimensão de compensação apenas, ainda presente nas políticas de caráter assistencialista.

Este projeto desenvolve ações de formação e capacitação dos grupos e entidades, voltados para a geração de trabalho e renda, ligados aos segmentos sociais já citados anteriormente, constituindo-se enquanto um espaço de interação e convivência sócio-cultural que também possibilita a exposição e comercialização de produtos artesanais, sob o enfoque da economia popular solidária, contribuindo assim para a inclusão social e produtiva destes mesmos segmentos.

O desenvolvimento deste projeto na SMATDC contribui para a construção de uma nova cultura voltada para o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. Fortalece a convivência com a pluralidade e a diferença no processo de aprendizagem do reconhecimento do outro enquanto sujeito de direitos, almejando assim avançar no amadurecimento de uma nova concepção de sociedade, fundamentada nos princípios de democracia e justiça social.

Sua ação tem como princípio o combate à discriminação, a promoção da igualdade entre as pessoas e a afirmação de que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALTVATER, Elmar. *“Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos”*. In: HELLER, Agnés e outros. *“A crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, pp. 109-153.
- ANDERSON, Perry. *“Balanço do Neoliberalismo”*, in: Sader, Emir & Gentili, Pablo – *“Pós-neoliberalismo – as Políticas Sociais e o Estado Democrático”*, São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. *“Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional”* in: *“Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro. Heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000, parte I, pp. 115-140.
- BERNARDES, Nilcéa M. *“Algumas questões sobre regiões e Desenvolvimento Regional hoje”* in: Seminário *“Unidade, Cidade, Região”*. INESP/UEMG: Campus Divinópolis, 2002, pp. 1-4.
- CATTANI, Antônio David (org.) *“A outra Economia”*, Porto Alegre, Editora Veraz: 2003.
- CHOMSKY, Noam. *“O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global”* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- DEJOURS, Christophe. *“A Banalização da Injustiça Social”*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- HORTA, Carlos Roberto. *“Desemprego, Cidadania e Cultura: uma leitura política da desconstrução do trabalhador-cidadão”*, in: Horta, C. R. & Carvalho, R. A *“Globalização, Trabalho e Desemprego”*. Belo Horizonte: Com Arte, 2001.

- KON, Anita. *“Desenvolvimento Regional e Trabalho no Brasil”* (org.) São Paulo: Associação Brasileira do Trabalho ABET – Mercado de Trabalho, v. II, 1998.
- MANCE, Euclides André. *“A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa à globalização atual”* Petrópolis: Vozes, 1999.
- POCHMANN, Márcio. *“O Trabalho sob Fogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.”* São Paulo: Contexto, 1999.
- PUTNAM, Robert. *“Origens da Comunidade Cívica”* in: *Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna.* Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 133-172.
- SANTOS, Milton. *“Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”*. São Paulo: Record, 2000.
- SINGER, Paul. *“Globalização e Desemprego – diagnóstico e alternativas”*. São Paulo: Contexto, 1998.
- THURLOW, Lester. *“O futuro do Capitalismo: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã”*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.